

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO**

**SIMONE MARIA MALESCZYK**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O USO DAS MÍDIAS NAS SALAS  
DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ/RS**

**PORTO ALEGRE  
2015**

**SIMONE MARIA MALESCZYK**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE O USO DAS MÍDIAS NAS SALAS  
DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Mídias na Educação, pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

**Orientador(a): Rafael Marimon Boucinha**

**Porto Alegre**

**2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Vladimir Pinheiro do Nascimento

Diretor do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação: Prof. José Valdeni de Lima

Coordenadora do Curso de Especialização em Mídias na Educação: Profa. Liane Margarida Rockenbach Tarouco

**RESUMO:** este trabalho apresenta um estudo sobre a Educação Inclusiva na perspectiva do atendimento educacional especializado, a partir das Salas de Recursos Multifuncionais do Município de Imbé. Buscou-se investigar a implicação de Salas de Recursos Multifuncionais para a inclusão escolar. Para o levantamento dos dados foi utilizado o questionário do qual foi gerada uma planilha de descrição de dados. Participaram sete professoras, sendo seis responsáveis por cada uma das Salas de Recursos Multifuncionais do município e uma supervisora de todas as salas. Com base nas respostas das professoras, foi elaborada uma planilha que serviu de material de análise, à luz das leituras e estudos dedicados à investigação. A partir das repostas dos questionários, foram organizadas três categorias que apresentam as implicações das Salas de Recursos Multifuncionais para a inclusão escolar, quais sejam: *o AEE na Sala de Recurso Multifuncional; Sala de Recurso Multifuncional como Apoio para a Inclusão; Articulações implicadas no trabalho da Sala de Recursos Multifuncional*. E para finalizar ressalta-se que as Salas de Recursos Multifuncionais estão auxiliando para as práticas de educação inclusiva nas escolas envolvidas, mas estas práticas ainda estão em processo de construção. O estudo aponta para demandas tais como a necessidade do acompanhamento e diálogo entre professor das classes comuns, com o professor da Sala de Recursos Multifuncional e a necessidade e maior articulação entre a família e a escola para que se qualifique o processo de inclusão escolar.

**Palavras-chave:** Salas de Recursos; Atendimento educacional especializado; educação inclusiva.

**ABSTRACT:** this article approaches a study about the Inclusive Education in special educational service, by two rooms of multifunctional resources in Imbé. It is intended to investigate the use of these multifunctional resources to the school inclusion in those towns. For compiling these dates were utilized two instruments: the questionnaire and the observation script, which were elaborated two charts of dates description. Seven teachers have participated, been two of Imbé, and four teachers from common classes that have students in those Resources rooms is um teacher supervision in those Resources rooms. Based on teachers response was made a chart that serve as material of analysis, by reading and studies dedicated to the investigation. From the questionnaire's responses, were organized three categories that present the results of the rooms of multifunctional resources to the school inclusion in the Imbé towns, such: the AEE in the Room of Multifunctional Resource; Room of Multifunctional Resource as support to the inclusion; Articulations involved the Room of Multifunctional Resources role. To conclude, it must be observed that Rooms of Multifunctional Resources are assisting to the practices of inclusive education in the involved schools, but those practices are still in progress of construction. This study points to demands such as the need of attendance and dialogue between the common classes' teachers and the Multifunctional Resource's teacher and the necessity and most articulation between family and school to qualify the school inclusion process.

**Key Words:** Resources rooms; special educational service; inclusive education.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. MARCO TEÓRICO E LEGAL.....	8
<b>2.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR .....</b>	<b>8</b>
<b>2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E A TECNOLOGIA ASSISTIDA .....</b>	<b>20</b>
3. METODOLOGIA.....	27
4 MARCO ANALÍTICO.....	28
<b>4.1 O AEE NA SALA DE RECURSOS DE MULTIFUNCIONAL .....</b>	<b>29</b>
<b>4.2 SALA DE RECURSOS COMO APOIO PARA A INCLUSÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>4.3 ARTICULAÇÕES DAS MÍDIAS NO TRABALHO DA SALA DE RECURSOS ..</b>	<b>33</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE 1:QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA CIENTÍFICA.....	41
APÊNDICE 2:TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO .....	43

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas atuais de Educação especial na perspectiva inclusiva estão relacionadas a acontecimentos ligados a lutas históricas, pelo estabelecimento de direitos iguais entre as pessoas.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), não significaram uma ruptura nas práticas, uma vez que as condições para a emergência desses acontecimentos vêm sendo constituídas há muito. Com estas declarações passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva e assim a assegurar a educação das pessoas com deficiência no sistema educacional e reforçando que todas as crianças sejam incluídas.

Após as conferências citadas acima começou a discussão para uma nova Lei de Diretrizes e Bases e esta foi sancionada em 1996, contemplando a educação especial, com orientação para inclusão que o sistema de ensino deve assegurar para os alunos currículo, métodos, recursos e organização específica para atender as necessidades.

Estudos estão sendo feitos nesta área como Passerino que fala sobre as salas de recursos, tecnologias assistivas e processos de Inclusão Escolar a partir da perspectiva sócio-histórica, Carvalho, o significado de inclusão, aprendizagem, escola inclusiva.

Observa-se que no município de Imbé existem oito salas de recurso multifuncionais. Números de alunos da rede atendidos no total de 47 laudados com alguma necessidade especial e 22 em investigação.

Desde o ano de 2006 o município de Imbé teve a preocupação de fornecer atendimento para os alunos de inclusão, sendo realizados em uma escola os atendimentos com alguns especialistas tais como professor de educação física, fonoaudiólogo, professor de atendimento educacional especializado. Em 2011 com a proposta do governo federal das salas de recurso multifuncionais que se inicia a primeira no município.

A proposta de pesquisa busca investigar como ocorrem os atendimentos desde a educação infantil até o ensino fundamental da rede pública do município em questão enquanto apoio à inclusão escolar. Dessa forma a pesquisa com essa temática mostra-se relevante, pois, considerando que a escola deve ser um espaço

democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiências e características sociais. Diante destes aspectos, considera-se necessário investigar como se dá o atendimento nas salas multifuncionais e se de fato esse trabalho serve de apoio para que este atendimento aconteça.

Esses entre outros fatores dizem da importância e da relevância deste estudo para o campo da educação, pois o tema está intimamente relacionado à demanda que existe hoje na área da educação inclusiva e à ausência de formação dos professores para tal. Dessa problematização emergiram algumas questões que serão motivadoras da investigação.

O campo de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vem crescendo cada vez mais, favorecendo as oportunidades de aprendizagens. Nos professores do ensino regular temos que conhecer e utilizar estes recursos.

A fim de delimitar o tema e o campo de pesquisa, a investigação pretende buscar a utilização do uso das mídias nas salas de recursos multifuncionais no município de Imbé/RS.

O estudo proposto poderá contribuir para ressignificar esta questão, não no sentido de obter respostas fechadas e soluções engessadas, mas sim ampliar o debate, sem a pretensão de abordar o objeto, de forma conclusiva na medida em que se reconhece a complexidade desta discussão.

A pesquisa teve como objetivo geral: Investigar o papel das salas de recurso multifuncionais na educação especial e conhecer os trabalhos desenvolvidos nas salas multifuncionais do município de Imbé, investigando sobre a demanda de alunos de inclusão. Buscou verificar os softwares das Salas de Recursos investigada, os serviços de apoios realizados nas salas de recursos investigados como auxílio à proposta de educação inclusiva e Investigar a organização pedagógica e estrutural das salas de recursos investigadas à luz da legislação vigente, promovendo a reflexão acerca da inclusão escolar nas instituições participantes, a partir da investigação proposta.

## 2. MARCO TEÓRICO E LEGAL

### 2.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR

As pessoas com deficiência são aquelas que apresentam “significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente”, (Política Nacional de Educação Especial). Pesquisas mostram segundo dados da Organização Mundial da Saúde - O.M.S., 10% da população de todo país, são constituídos por pessoas com algum tipo de deficiência. Todas as pessoas com deficiências possuem os mesmos direitos de todas as pessoas, estudar em ambiente comum.

Os direitos das crianças e dos jovens com Necessidades educativas especiais (NEE) no contexto inicia-se, fazendo referência à Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), à Convenção relativa aos Direitos da Criança (1989), à Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e às Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência (1993).

Apesar dos movimentos que vêm ocorrendo nas últimas décadas em favor da inclusão e da diversidade, não só na escola, mas na sociedade em geral, ainda são muito presentes rótulos, designações preconceituosas e outros tipos de práticas de exclusão.

Carvalho (2010, p. 109) destaca também o vocábulo inclusão, que este se apresenta com seis significações no Dicionário Aurélio sendo que, em mais de uma, aparece como “o ato pelo qual um conjunto contém, inclui o outro” Já, incluir, significa segundo Carvalho, “inserir, introduzir, fazer parte, fazer constar, figurar” entre outras acepções do vocábulo. A partir disso a autora refere:

Ora, se a significação de escola for denotada e conotada como o estabelecimento no qual estão professores, alunos e outras pessoas que lá trabalham e a de inclusão como ato de inserir conjuntos de alunos em outros conjuntos, já existentes, então, a função da escola inclusiva, como espaço físico, como cenário, seria o de introduzir, nela, alunos que antes estavam excluídos de seu interior. (CARVALHO, 2010, p.109)



O conceito de escolas inclusivas remete aos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência na escola de ensino regular, acontecendo à integração de colegas e educadores, para que assim a aprendizagem aconteça. Carvalho assinala:

O conceito de escolas inclusivas pressupõe uma nova maneira de entendermos as respostas educativas que se oferecem, com vistas à efetivação do trabalho na diversidade. Esta baseado na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade (onde se aprende a aprender, a fazer, a ser e a conviver), no direito de integração de colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica, necessariamente, previsão e provisão de recursos de toda a ordem. (CARVALHO, 2010, p.36).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 traz a concepção de escola inclusiva fundamentando-se no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos. Primeiramente o documento define a educação especial, mas destina um capítulo para apresentar diretrizes e orientações aos sistemas de ensino.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.  
§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.  
§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.  
§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p.21)

A partir do ano de 2001, os sistemas de ensino puderam basear-se na Resolução que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2, no artigo 2º, determinam que:

Os Sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL.MEC/SEESP, 2001, p.1).

A resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades e orienta os sistemas de ensino:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos... (BRASIL, 2001, p. 1)

Em 1999, na Guatemala, o “Decreto nº 5296/2004” que regulamenta as leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, estabelece “normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, p. 7).

Em 2003 teve início o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, promovido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Enfatizando as principais diretrizes do programa a disseminação da política de educação inclusiva nos municípios brasileiros e Apoiar na formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. O princípio que fundamenta o Programa é o da “garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas da rede regular de ensino”. (MEC, 2006,p.1).

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

A Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009, no artigo 1º, para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, aponta que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no AEE, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou

filantrópicas sem fins lucrativos. Portanto, se a legislação prevê, é relevante compreender como se dá a aplicação da lei na prática.

A inclusão escolar é vista como direito humano: as crianças e os jovens são retirados em situação de deficiência das instituições de ensino especial, em defesa da sua normalização, o que lhes foi fornecido um novo espaço e novos parceiros de convívio, da socialização e da aprendizagem da escola regular. As práticas pedagógicas foram também são transferidas das instituições de ensino especial para a escola regular, numa ambiente mais educativo, configuradas num programa educativo individual, de acordo com as características do aluno e desenvolvidas, essencialmente, pelo professor de educação especial.

Os tipos de deficiência são divididos em deficiência intelectual, surdez e deficiência auditiva, deficiência física e deficiência visual ou cegueira:

**Deficiência Intelectual:** O aluno com deficiência intelectual modificasse o processo da proposta pedagógica, provocando uma transformação e melhoria do ensino escolar com um todo. A Constituição Federal determinada que deva ser garantido a todos os educandos o direito de acesso aos níveis mais elevados do ensino e da pesquisa. Acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiências. As tradicionais rotulações e divisões de alunos em turmas aparentemente homogêneas não são garantias de aprendizado ainda que nessas turmas os conteúdos escolares pareçam ser aprendidos mais facilmente, o entendimento efetivo desses conteúdos não é o mesmo para todos os alunos. Grandes partes dos professores continuam na ilusão de que seus alunos apresentarão um desempenho escolar semelhante, em um mesmo tempo estipulado pela escola para aprender um dado conteúdo escolar. Não percebem suas diferenças e especificidades. Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferenças de ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores. Essa diversidade deriva das formas singulares de adaptarmos cognitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente sobre ele. Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos, sem exceção a um mesmo conhecimento.

**Surdez e deficiência Auditiva:** Os alunos com deficiência auditiva ou surdo matriculado na rede regular de ensino necessitam de adequações necessárias

como: os serviços de intérprete/ tradutor de língua de sinais, de professor de português como segunda língua desses alunos e de outros profissionais da área da saúde os fonoaudiólogos. É necessário que o professor de língua de sinais libras possua a formação especializada, oferecendo conjuntamente parceria ao professor de sala de aula. Ainda para a surdez e a deficiência auditiva, obedecendo aos princípios inclusivos, a aprendizagem das Libras deve acontecer preferencialmente na sala de aula desse aluno e ser oferecida a todos os demais colegas e ao professor, para que possa haver comunicação entre todos, as trocas e interações.

**Deficiência Física:** Para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, toda escola deve eliminar suas barreiras arquitetônicas e de comunicação, tendo ou não alunos com deficiência nela matriculados no momento (Lei n. 7.853/89, 10.048 e 10.098/00).

Faz necessária ainda a adoção de recursos de comunicação alternativa /aumentativa, principalmente para alunos com paralisia cerebral e que apresentam dificuldades funcionais de fala e escrita. A comunicação alternativa/aumentativa contempla os recursos e estratégias que contemplam ou trazem alternativas para a fala de difícil compreensão inexistente (pranchas de comunicação e vocalizadores portáteis). Prevê ainda estratégias e recursos de baixa ou alta tecnologia que coloca o plano de trabalho em prática.

Objetivamos inicialmente, com base legal, quais são os alunos com Necessidades Especiais incluídos na rede municipal percorridos até então. Através do diagnóstico da realidade de nossas escolas municipais, promovem-se acesso ao conteúdo pedagógico (livros digitais, softwares para a leitura, livros com caracteres ampliados) e facilitadores de escrita, no caso de deficiência física, com engrossadores de lápis, órteses para digitação, computadores com programas específicos e periféricos mouse, teclado, acionadores especiais).

**Deficiência visual ou cegueira:** A escola deve providenciar para o aluno cego, o material didático necessário, como regletes, soroban, além do ensino do código Braille e noções de orientação e mobilidade, atividades de vida autônoma e social.

Devem conhecer e aprender a utilizar ferramentas de comunicação que por sintetizadores de voz possibilitam aos cegos escrever e ler, via computadores. Os professores e demais colegas desse aluno também poderão aprender Braille, assim como utilizar as demais ferramentas e recursos específicos pelos mesmos motivos apresentados a alunos surdos ou deficientes.

Para compreender melhor como se organizou o processo do atendimento às pessoas com deficiência, ou com necessidade educacionais especiais, é preciso recorrer aos acontecimentos históricos, movimentos e organizações dos programas especializados. Examinando o histórico da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem-se que:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (BRASIL, 2008, p.6).

Neste contexto, profissionais diversos, como médicos, psicólogos, professores, atuam na área da educação de pessoas com deficiência. Desde os anos 1920, esses profissionais vão evidenciando e justificando a necessidade de separação da pessoa com deficiência, “vão também viabilizando, tornando possível a vida dos mais prejudicados, juntamente com a família e outros setores da sociedade, através de alguns conhecimentos mais sistematizados à procura de efetivação de alguma prática social mais eficiente” (MAZZOTTA, 1996, p. 25).

Mazzotta (1996, p. 67), em decorrência da análise da legislação e normas, faz destaque aos primórdios da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, que reafirma o direito dos “excepcionais” à educação, indicando em seu Artigo 88 que estes devem ser enquadrados no sistema geral de educação.

Antes de 1988 não há política pública de acesso universal à educação, mas a Constituição Federal de 1988 traz a educação como um direito de todos. No seu Artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e garante, no Artigo 208, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2008, p.7).

Sardagna (2012) destaca os acontecimentos mundiais na década de 1990 serviram de mote para as políticas nacionais dos países participantes, dentre estes, o Brasil:

Destacam-se a Conferência Mundial de Educação para Todos que ocorreu em Jomtien, na Tailândia, com a participação de 155 países, sendo o Brasil um dos signatários da Declaração gerada neste evento. Outro acontecimento que marcou a política inclusiva no Brasil foi a Conferência Mundial de Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, em 1994, originando a “Declaração de Salamanca” (SARDAGNA, 2012, p. 3; grifo da autora).

Estas Declarações passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva no Brasil, sendo citadas tanto, na LDBEN 9394/96, quanto no Plano Nacional de Educação, Lei 10.172/01, prevendo assegurar a educação das pessoas com deficiência no sistema educacional e reforçando que todas as crianças sejam incluídas.

Mazzotta (1996, p. 67) fez um estudo dos acontecimentos que marcaram a educação especial, ao longo dos anos, fazendo um recorte desde a década de 1960 até os anos 1990, na perspectiva de análise da política Nacional de Educação Especial, e destaca aspectos relevantes após a Constituição de 1988. Coloca que “cumprindo legislação federal sobre destinação e vinculação de recursos financeiros para a educação, em 1992, o MEC destinou recursos específicos para a Educação Especial” (MAZZOTTA, 1996, p. 84).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 7) faz referência que em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, destacando a ‘integração instrucional’ ao acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (BRASIL, 2008, p.19).

No contexto das Conferências citadas acima, e de uma política de educação inclusiva em vigência, passam a configurar discussões para a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases e esta foi sancionada em 1996, contemplando a educação especial, com orientação o sistema de ensino assegure a inclusão para os alunos, assim como currículo, métodos, recursos e organização específica para atender as necessidades.

Em 2001 são publicadas novas Diretrizes operacionais para a educação especial, como educação inclusiva na rede pública de ensino, pela Resolução nº 02/2001. O texto inclusive é imperativo em relação à inclusão, conforme a citação:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

Em 2007, portanto, já no contexto de preparação da política atual para educação inclusiva, é colocada a necessidade de implementar uma política que supere a oposição entre educação especial e regular, mediante a justificativa de que:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais (BRASIL, 2008, p.6).

Essa problematização explicita as distinções dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar. Diante disto, a crítica recai para a contrariedade em relação a uma concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, no entendimento de que a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão para promover o atendimento às necessidades educacionais especiais, “limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino” (BRASIL, 2008, p. 09).

A atual Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação inclusiva, instituída pela Portaria nº 948/2007 e entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, orienta os sistemas de ensino para uma educação de qualidade para todos os alunos.

[...] estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas (BRASIL, 2008, p.7).

O AEE, nesta perspectiva, tem como objetivo assegurar meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia. Constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e

deve ser realizado preferencialmente no turno inverso ao da classe comum, em horários estabelecidos na Sala de Recursos Multifuncional da própria escola ou em escola polo, como está organizado o contexto pesquisado.

## **2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

O atendimento educacional especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade. “Eliminando as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 preconiza que:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.16).

A operacionalização da Política é prevista nas Diretrizes para o AEE no Parecer 13 de 2009, que estabelece como prioridade:

- A obrigatoriedade da matrícula dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na escola comum do ensino regular e da oferta do atendimento educacional especializado – AEE.
- A função complementar ou suplementar do atendimento educacional especializado e da Educação Especial, como área responsável pela sua realização.
- A conceituação do público-alvo da Educação Especial, a definição dos espaços para a oferta do atendimento educacional especializado e o turno em que se realiza.
- As formas de matrícula concomitante no ensino regular e no atendimento educacional especializado, contabilizadas duplamente no âmbito do FUNDEB, conforme definido no Decreto nº 6.571/2008.
- As orientações para elaboração de plano do AEE e competências do professor do AEE.
- A inclusão do AEE no projeto pedagógico da escola da rede regular de ensino.
- As condições para a realização do AEE em centros de atendimento educacional especializado.
- As atribuições do professor que realiza o AEE.
- A formação do professor para atuar na Educação Especial e no AEE (BRASIL, 2009a, p. 3)



Os documentos legais orientam os sistemas de ensino quanto aos tipos de necessidades especiais a serem matriculados. Conforme o Art. 1º das Diretrizes para o AEE, previstas na Resolução 4/2009:

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009b, p.1).

Este mesmo documento define, no Art. 5º, que “o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns [...]” (BRASIL, 2009b).

Assim, o direito à escolarização em classes comuns de ensino regular deve ser garantido aos alunos com deficiência, bem como o AEE que deve ser assegurado nas salas de recursos multifuncionais. E nessa sala, para que haja um atendimento especializado de qualidade, são realizadas adequações necessárias para a aprendizagem desses alunos, por meio de estratégias teórico-metodológicas que permitam o desenvolvimento cognitivo e a apropriação ativa do saber. As atividades têm como objetivo o engajamento do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor. Este professor “deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009b, p. 03).

Conforme podemos ver na Resolução nº 4/2009, o professor para atuar no AEE deve ter formação específica para educação especial, e sua formação docente, de acordo com a área específica. Nesta formação deve desenvolver conhecimentos acerca de: comunicação aumentativa e alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de língua Portuguesa para Surdos, Atividades de vida diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Em relação o atendimento educacional especializadoo Decreto 7611\11 determina no Art. 2º que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de

escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Ainda neste decreto no inciso 3º especifica o que as salas de recursos multifuncionais devem ofertar para o atendimento educacional especializado que são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos.

Carvalho (2010, p. 70) alerta para que a oferta do AEE nas Salas de Recursos não deve promover um trabalho semelhante ao que era ofertado nas classes especiais:

[...] a oferta do apoio por meio do trabalho pedagógico especializado em salas de recursos: que não devem ser confundidas com classes especiais e sim consideradas como espaços pedagógicos que darão suporte aos alunos e aos seus professores para a remoção de barreiras para a aprendizagem (CARVALHO, 2010, p. 70).

Percebe-se a importância da sala de recurso multifuncional para que a inclusão aconteça de fato, pois o aluno incluído no ensino regular necessita de um acompanhamento em turno inverso para assim ter oportunidades iguais.

### **2.3 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL**

É um espaço destinado na escola como sala de recurso multifuncional onde deve atender o público do AEE. Possuem materiais didáticos e pedagógicos, mobiliário, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento, a organização deste espaço fica por responsabilidade da gestão da escola e o professor responsável pela sala de recurso multifuncional deve ter conhecimentos específicos do AEE e estar em aperfeiçoamento constante.

A legislação vigente vem concordar e estimular práticas e ações pedagógicas que contribuam para a inclusão efetiva, como, por exemplo, a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais. No que se refere à definição do serviço, no contexto de Porto Alegre, Tezzari e Baptista afirmam que a sala de recurso é:

[...] um espaço paralelo de atendimento, em um turno inverso àquele no qual o aluno frequenta a classe comum. Os alunos atendidos passam por uma triagem pedagógica que identifica a necessidade de uma ação específica e complementar, a ser desenvolvida por um profissional da educação especial. Há ênfase em atividades alternativas àquelas desenvolvidas em sala de aula, partindo-se dos recursos apresentados pelo sujeito (TEZZARI E BAPTISTA, 2002, p. 146).

Alves esclarece acerca das características da sala de recursos multifuncional:

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. [...] A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares (ALVES, 2006, p. 14).

Como podemos perceber a organização deste espaço escolar, segundo as palavras desse autor, não se referem exclusivamente ao trabalho direto com o aluno com deficiência, mas constituem uma ação complexa, articulada, de múltiplas interferências. A importância do professor especializado para este atendimento também está no acompanhamento junto ao professor da classe comum.

Em 2007 a Secretaria da Educação especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) lançou um edital denominado Programa de implantação de Salas de recursos Multifuncionais que visava à implantação de tais salas, buscando:

[...] apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica da rede pública, fortalecendo o processo de inclusão nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2007, p.2).

A legislação aponta que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar (BRASIL, 2009b, p.3).

Observa-se que os sistemas de ensino vêm buscando ampliar o AEE, previsto na política atual do MEC de educação inclusiva. O Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, preconiza sobre a necessidade de serviços de apoio, com AEE, oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 01)

Em relação aos objetivos do AEE, o Decreto prevê:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:  
I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;  
II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;  
III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e  
IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p.2)

Esta necessidade também é evidenciada no documento: “Sala de Recursos Multifuncionais espaços para atendimentos educacional especializado” do ministério da educação, Secretaria da Educação Especial ao caracterizar o AEE nas salas de recursos multifuncionais.

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo, constituindo-se num serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (ALVES, 2006, p.15).

Com relação aos horários de atendimento, nos remete à legislação vigente, onde está determinado que o AEE deve ser.

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou  
II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 1)

Além da formação acadêmica, há que se considerarem as relações interpessoais implicadas na prática do profissional que atua no AEE, ou na educação inclusiva.

## **2.4 SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL E A TECNOLOGIA ASSISTIDA**

No atendimento educacional especializado o professor desenvolverá um trabalho junto com o aluno para identificar as dificuldades que encontra para a aprendizagem, para isso serão utilizados os diferentes recursos que ali se encontram como aprender a utilização das ferramentas de tecnologia assistiva, um destaque muito importante que não devemos manter o recurso de tecnologia

assistiva como uso exclusivo na sala multifuncional o aluno possa utilizá-lo também em sala de aula. A tecnologia assistiva é utilizada para suprir a sua deficiência e os recursos disponíveis para o seu caso específico.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), vêm para auxiliar no processo de inclusão digital, facilitando o processo de aprendizagem, assim nas interações e trocas de informações entre os alunos, acontecendo a interatividade. Neste sentido, Bonilla afirma que:

As TIC, mais do que um simples avanço no desenvolvimento da técnica, representam uma virada conceitual, à medida que essas tecnologias não são mais apenas uma extensão dos sentidos humanos, onde o logos do fazer, um fazer mais e melhor, compõe a visão do mundo. As tecnologias da informação e comunicação são tecnologias intelectuais, pois ao operarem com proposições passam a operar sobre o próprio pensamento, um pensamento que é coletivo, que se encontra disperso, horizontalmente, na estrutura em rede da sociedade contemporânea (BONILLA, 2005, p. 21).

Raiça (2008) afirma que a tecnologia e a educação inclusiva são frutos da evolução da sociedade, das mudanças de paradigmas sociais e, sobretudo, por melhores condições de vida para todos. E os recursos tecnológicos utilizados por profissionais preparados, que sabem seu papel de educador e mediador, tem se tornado uma importante ferramenta em favor da inclusão.

Tecnologia Assistiva (TA) envolve vários recursos que na verdade facilitam ou contribuem para adequar uma vida mais autônoma aos alunos portadores de necessidades especiais, como a linguagem de sinais, textos falados, os diferentes softwares. São considerados recursos os materiais que amparam ou aperfeiçoam a capacidade funcional de uma pessoa com deficiência, por exemplo, uma cadeira de rodas. Já os serviços são todos os meios que amparam o manuseio dos recursos, como por exemplo, a fisioterapia.

O livro tecnologias para a educação inclusiva, organizado por Raiça, enfatiza que além da diversidade de alunos, as tecnologias são a possibilidade de instrumento de inclusão, que os professores percebem com uma grandeza de recursos tecnológicos integrados ao contexto escolar, desde os mais simples equipamentos até sistemas de educação à distância. O acesso às tecnologias não garante o atendimento à diversidade, mas auxilia muito para a mudança, as escolas precisam estar conectadas, com acesso a redes digitais, uma aprendizagem incluída

dentro de uma sociedade que se caracteriza pela informação e conhecimento por meios digitais.

Cabe aos professores repensar a sua prática, aproximar os conteúdos com a realidade do aluno, utilizar as tecnologias da comunicação e informação que causam uma aprendizagem muito significativa, favorecendo ao conhecimento.

As tecnologias no contexto de aprendizagem favorecem ao interesse e motivação que é despertado no aluno. Sendo possível a todos os alunos igualdade de acesso ao saber e conhecer com o uso das tecnologias acessíveis de informação e comunicação, com a inclusão e participação de todos. E o professor com seu papel possibilitar as aprendizagens que as tecnologias de informação e comunicação oferecem no seu dia a dia com os alunos.

As tecnologias nas Salas de Recurso Multifuncionais e a navegação na internet desperta o interesse dos alunos, promovendo uma maior autoestima e autonomia diante suas construções de ensino-aprendizagens. Os professores promovendo condições de acesso á internet e as suas ferramentas a todos os seus alunos:

É também importante ressaltar que as novas tecnologias destituíram a escola do tradicional posto de lócus do saber formal. Hoje, todos nós podemos aprender muito ao acessar a internet, e essa contínua experiência de aprendizagem será para o resto de nossas vidas. (JUNQUEIRA, 2012, p. 6)

A utilização do computador e de suas ferramentas devem sempre ser planejada com antecedência, aproveitando todo o potencial desse recurso e colocando o aluno como destaque neste processo:

Ao trabalhar com informática na escola, os professores devem favorecer a participação de todos, sem discriminação. Necessitam, portanto, ter uma postura investigativa. Devem refletir, além dos aspectos pedagógicos das atividades, sobre como favorecer o encontro das habilidades e dos diferentes alunos com as características apresentadas pelos mais variados ambientes computacionais. (MELO, 2010, p. 18)

Nas Salas de Recurso Multifuncional possuem diversos materiais de apoio que poderão auxiliar os alunos, como o labirinto de História, para estimular coordenação motora, entre tantos outros recursos que possuem maior acessibilidade.

Carvalho (2010) remete o direito à igualdade de oportunidade e que defendemos enfaticamente, não significa um modo igual de educar a todos e, sim, dar a cada o que necessita em função de seus interesses e características individuais, a utilização de softwares para isso é uma das soluções para cada aluno seja contemplado conforme a sua necessidade.

Se professores e alunos por inúmeros fatores (inclusive alheios à sua vontade) não estiverem igualmente motivados, desejosos de aprender, de compartilhar ideias, conceitos, procedimentos e valores - estarão falando idiomas diferentes entre eles, ainda que se espere o professor seja capaz de falar vários “idiomas”, para seu trabalho na diversidade.

Carvalho (2010) Todos, sem exceções, pode aprender, mas ninguém aprende, exatamente, da mesma forma, no mesmo ritmo e com os mesmos interesses. Flexibilizar ou adaptar o quê (conteúdo), o quando (temporalidade, sequenciação de assuntos), o como (metodologia didática) e os procedimentos adotados na avaliação, é de mais importância para que os aprendizes que apresentam dificuldades desfrutem da igualdade de oportunidades de apropriação do saber, do saber fazer e do saber ser e conviver. Com essas afirmativas estou me referindo à equidade.

Ainda no discurso das políticas de inclusão, tem-se o Decreto nº 6094/2007 que estabelece as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, define a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, visando à inclusão educacional nas escolas públicas.

Os mesmos autores citam, ainda, a necessidade da qualidade do trabalho proposto à turma inclusiva; o professor deve ter uma atenção maior para com seus alunos para assim realizar a parceria com o professor do AEE. Dessa forma, juntos, podem desenvolver um trabalho de integração do aluno ao grupo, criando vínculos afetivos e assim acontecer a aprendizagem. Conforme Guedes,

Com formação em uma área específica, muitas vezes os professores sentem-se impossibilitados de prestar um atendimento mais abrangente. Geralmente os alunos de inclusão apresentam defasagens no ano/ciclo e dificuldades na aprendizagem, sejam elas na área de alfabetização, na construção de número, na produção de conceitos básicos, na organização pessoal, entre outras (GUEDES et al, 2011,p. 61).

O AEE precisa articular com o professor/a da sala de aula regular constituindo em “uma forma de propiciar oportunidades para inclusão sendo um espaço de transição para aquisição de hábitos e atitudes facilitando a convivência social numa classe especial ou regular de ensino” (GARCIA, DAGUIEL e FRANCISCO, 2010, p. 4). Os mesmos autores, ainda, afirmam que quanto mais alunos com NEE estiverem matriculados no ensino regular, melhor para a construção da aprendizagem.

Já os autores Emer, Santarosa e Corrêa (2010, p. 11) ressaltam que: “as salas de recursos multifuncionais, pretendem de modo geral possibilitar um atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar que apoia e oferece o atendimento nas escolas comuns do ensino fundamental”.

As mesmas autoras explicam a necessidade da sala de recurso multifuncional para atender os alunos de inclusão no ensino regular em turno inverso, conforme podemos ver no excerto a seguir:

A sala de recurso multifuncional possui como propósito complementar as atividades de ensino desenvolvidas no tempo regular a sala de aula comum, por isso, pode-se analisá-la como um apoio fundamental para o processo de inclusão nas salas regulares. (EMER, SANTAROSA e CORRÊA, 2010, p.14).

A sala de recursos multifuncional é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. Conforme diz Alves,

[...] a denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares. (ALVES, 2006, p. 14).

A partir disso pode-se depreender que a concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés de imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade. Nessa perspectiva, as escolas devem responder às necessidades educacionais especiais de seus alunos, considerando a complexidade e a heterogeneidade de estilos e ritmos de aprendizagem. Para tanto é necessária uma nova estrutura organizacional, com currículos flexíveis, estratégias teóricas metodológicas eficientes, recursos e parcerias com a comunidade.



Como é possível evidenciar, as pesquisas elencadas nesta seção convergem na compreensão de que as salas de recursos multifuncionais são fundamentais para o processo de educação inclusiva, enfatizando a qualidade do trabalho proposto à turma inclusiva, a capacitação deste professor que trabalha na sala de recurso multifuncional e o diálogo que deve existir com o professor do ensino regular.

O professor da sala de recursos multifuncionais tem que possuir curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que habilite a atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com a área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: comunicação aumentativa e alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais – Libras, Ensino de língua Portuguesa para Surdos, Atividades de vida diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

Salienta-se que o professor da sala de recursos multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar.

Além da formação acadêmica, há que se considerar as relações interpessoais implicadas na prática do profissional que atua no AEE, ou na educação inclusiva.

Um professor que busca a educação para a diversidade deve, antes de mais nada, desenvolver uma personalidade sadia, estabelecer melhores relações interpessoais e intentar, através de uma sadia utopia, que se desenvolva uma sociedade com saúde, como se fosse uma grande escola para todos, iguais em tudo: oportunidades, direitos e deveres (STOBAUS, MOURIÑO, p.220).

A sala de recursos multifuncionais é um espaço para a realização do AEE de alunos que apresentam, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, compreendida, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em três grupos:

- alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquela não vinculada a uma causa orgânica especificada ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos.
- alunos que evidenciem altas habilidades/ superdotação e que apresentem uma grande facilidade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico.(BRASIL.MEC\SEESP, 2006, p.2).

Diferenciando-se dos espaços tradicionalmente organizados de forma segregada para o atendimento educacional dos alunos com deficiência, a sala de recursos multifuncionais pressupõe que a construção do conhecimento por pessoas com ou sem deficiência mental se dá na interação com a diversidade. Pensando assim, são utilizados nas salas multifuncionais uma grande variedade de materiais e recursos pedagógicos como:

- jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento.
- Jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor.
- Recursos específicos como reglete, punção, guia de assinatura, lupa manual, calculadora sonora, caderno de pauta ampliada, caneta ponta porosa, engrossadores de lápis e pincéis, suporte para livro, tesoura adaptada e outros materiais relativos ao desenvolvimento do processo educacional.
- Mobiliários adaptados, tais como: mesa com recorte, ajuste de altura, ângulo do tampo; cadeiras com ajustes para controle de tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem de inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras.
- Livros didáticos e paradidáticos impressos em letra ampliada, Braille, digitais em Libras, com simbologia gráfica e pranchas de comunicação temáticas correspondentes as atividades propostas pelo professor, livros de histórias virtuais, livros falados, livros de histórias adaptados com velcro e com separador de páginas, dicionário trilingue: Libras/Português/Inglês e outros.(BRASIL.MEC\SEESP, 2006, p.4).

No processo educacional, poderão ser utilizadas nas salas dos recursos, tanto tecnologia avançada, quanto os computadores e softwares específicos, como também os recursos de baixa tecnologia, que podem ser obtidos ou confeccionados artesanalmente pelo professor, a partir de materiais que fazem parte do cotidiano escolar.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa realizou-se nas escolas municipais do município de Imbé. Contando com sete escolas de Ensino Fundamental e oito escolas de Educação Infantil, sendo que apenas duas escolas de Educação Infantil possuem Sala de Recurso Multifuncional e nas escolas de ensino fundamental todas possuem Sala de Recurso Multifuncional, sendo apenas oito professoras de Sala de Recurso Multifuncional, havendo rodízios nas escolas, por exemplo, uma professora atende duas Salas de Recurso Multifuncional, e uma supervisora das Salas de Recurso Multifuncional. Para obter os dados da pesquisa foram entregues 8 questionários, para as responsáveis pelas Salas de Recurso Multifuncional e um questionário para a coordenadora das Salas de Recurso Multifuncional.

Optou-se inicialmente para este estudo, os procedimentos da pesquisa bibliográfica que aborda o tema em questão, sendo livros, documentos, leis, sites, jornais, revistas, artigos sobre o assunto dentre outros.

A etapa seguinte foi uma pesquisa qualitativa que envolveu um estudo do tipo exploratório e descritivo.

A importância dos estudos qualitativos é apontada por Flick (2004). Esses estudos são importantes para identificar as mudanças sociais diante da diversificação de sistemas de modos de vida que exigem novas formas de conhecimento e análise.

Para realização da coleta de dados foi aplicado um questionário com a responsável pela sala multifuncional de cada escola participantes da pesquisa.

O método de investigação de observação é segundo Marconi e Lakatos (1999), uma técnica que utiliza os sentidos na orientação de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver ou ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

O questionário esse processo é definido por Marconi e Lakatos (1999), como a ação de investigação em que o pesquisador segue um roteiro previamente estabelecido com um formulário para as pessoas selecionadas.

#### 4 MARCO ANALÍTICO

As informações levantadas permitem várias formas de organização, mas a opção para este estudo foi o olhar para as recorrências de informações, a partir das quais foram elaboradas categorias para facilitar o exercício analítico. No entanto, as particularidades não são ignoradas, na medida em que podem ser significativas no conjunto dos dados.

Das 9 professoras convidadas a participar, apenas sete professoras responderam aos questionários, são elas: seis professoras responsáveis pela Sala de Recurso Multifuncional das escolas do ensino fundamental e uma professora responsável pela Sala de Recurso Multifuncional da educação infantil. Com base nas respostas das professoras que aceitaram participar da pesquisa, foi elaborada uma planilha de respostas. Esta serviu de material para a análise, à luz das leituras e estudos dedicados à investigação.

Das professoras participantes, as seis informaram que possuem formação específica para trabalhar na educação especial.

Os sujeitos pesquisados (somente mulheres), serão identificados pelas letras do alfabeto, de A à G. As professoras B, C, F e G atuam em Sala de Recurso Multifuncional há cinco anos, a professora D há quatro anos, a professora A há um ano.

Ambas as Salas possuem materiais pedagógicos, impressoras, computadores e materiais que as professoras constroem a partir das dificuldades que surgem no cotidiano de atendimentos dos alunos.

Com as informações coletadas através dos questionários, o exercício de análise foi sendo realizado, cujas idas e vindas, possibilitaram a organização destas informações em três categorias. A seguir será apresentado a descrição das mesmas que emergiram do exercício analítico, no cruzamento com o campo teórico da fundamentação.

São elas: *O AEE na Sala de Recursos Multifuncional; Sala de Recursos Multifuncional como Apoio à Inclusão; Articulações implicadas no trabalho da Sala de Recursos Multifuncional.*

#### 4.1 O AEE NA SALA DE RECURSOS DE MULTIFUNCIONAL

É recorrente nas respostas das professoras que o objetivo da Sala de Recursos Multifuncional é oferecer AEE especialmente para os alunos do público alvo da educação especial, com deficiência e com transtornos globais de desenvolvimento, matriculados na escola. Podemos ver isso no que relata a **Professora A**, quanto aos objetivos da Sala de Recursos: *Atender os alunos público alvo da educação especial e dar suporte aos educadores de sala de aula e dos ambientes que o aluno esteja inserido na escola (Professora A)*. A **professora C** afirma que o objetivo é *atender as crianças com deficiências intelectual, visual, auditiva, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em turno inverso complementar ou suplementar as habilidades e competências*. Também aparece como objetivo: *Desenvolver estratégias que facilitem e assegurem o acesso e permanência do aluno inclusivo na rede pública de ensino (Professora E)*.

O AEE é oferecido na escola onde o aluno estuda, ou o mais próximo possível, como o exemplo da Sala A que é da Educação Infantil e no município somente há duas salas de recurso multifuncional nas escolas de educação infantil, possuindo no total de oito escolas de educação infantil, então sendo encaminhado para uma das duas as demandas. Ela funciona como dois núcleos que atende as cinco escolas mais próximas.

Neste sentido, observa-se que os sistemas de ensino vêm buscando ampliar o AEE, previsto na política atual do MEC de educação inclusiva. O Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, preconiza sobre a necessidade de serviços de apoio, com AEE, oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais.

Considerando o que prevê a lei e analisando as repostas obtidas, podemos perceber que o AEE vem sendo oferecido nas Salas pesquisadas, aproximando-se ao que está previsto nas Diretrizes.

Em relação à prática pedagógica para a educação inclusiva, a **Professora A** destaca que a proposta da Sala de Recursos é oferecer o AEE para que a inclusão seja uma prática, *temos objetivos, filosofia e plano de atendimento direcionado a este fim que deve fazer parte dos planejamentos e regimento escolar*.

De certa forma, pode-se inferir que as Salas estudadas vêm buscando ofertar um atendimento para a inclusão, de acolhimento à diversidade, com garantia de aprendizagem. Examinando os dizeres das professoras participantes, no confronto com Mantoan (2006) existe uma convergência com a autora, na medida em que esta defende que o AEE é necessário para o ensino para melhor atender as especificidades dos alunos.

No contexto das Salas de Recurso Multifuncional apenas as escolas de Ensino Fundamental e educação infantil possuem Salas de Recursos Multifuncionais. Alunos do Ensino Médio, que necessitam de atendimento, são encaminhados direto para o CRAPE.

As Salas investigadas têm suas diretrizes integradas à proposta pedagógica da escola, de forma articulada às demais políticas da educação inclusiva. No entanto, a proposta pedagógica deveria ser mais discutida com todos, não ficando restrita às suas professoras, visto que muitas professoras da escola não tem conhecimento do funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional. É importante ressaltar a iniciativa destas Salas e das escolas por promover o AEE, mas há necessidade de uma maior articulação entre professores da Sala de Recursos Multifuncional com as salas comuns.

#### **4.2 SALA DE RECURSOS COMO APOIO PARA A INCLUSÃO**

A Sala de Recursos Multifuncional, no campo pesquisado, serve de apoio real para que os processos inclusivos aconteçam de forma gradativa, pois as atividades acontecem de maneira complementar e, além disso, os atendimentos servem de apoio pedagógico para auxiliar a professora da sala de aula comum no processo inclusivo, com avaliações específicas. A **professora C**, ao referir-se ao AEE, relata que o atendimento *é em contraturno, conforme o caso é individual, dupla ou trio, a sala não comporta mais de três*. Professora A, também se refere aos atendimentos, *de forma individualizada ou no máximo de 3 a 4 alunos, dependendo suas deficiências. Atendimento de 45 a 60 minutos, em turno inverso*. Tal colocação nos remete à legislação vigente, onde está determinado que o AEE deve ser.

A minoria das respostas das professoras aponta para o fato de que as Salas de Recursos Multifuncionais estão auxiliando para a proposta da educação inclusiva, uma vez que com as atividades adaptadas e com o estímulo recebido, os alunos

estão se desenvolvendo de forma satisfatória. A professora relata que se sente amparada, *é um ensino aprendizagem integral às pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais.*

Sendo assim, os dados apontam para uma direção que diverge com das previsões, tanto da legislação vigente, quanto dos pesquisadores desta temática, no sentido de que o AEE deve servir para auxiliar os processos inclusivos escolares e amenizar as imposições reguladoras da sociedade que por muito tempo deixaram estes alunos fora dos contextos de aprendizagem, relegando-os a espaços clínicos. Os apontamentos feitos pelas professoras que atuam em parceria com o AEE demonstram que essa proposta veio para ressignificar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças com NEE, e nesse sentido também para dar suporte aos professores que recebem esses alunos na sala de aulacomum.

No entanto, há uma complexidade que envolve os processos inclusivos. Uma proposta para a aprendizagem do aluno com NEE implica vários fatores que devem estar articulados na adaptação curricular. Carvalho (2010, p. 110) chama atenção sobre esta adaptação para o processo de ensino e aprendizagem, em que o professor deve fazer adaptações, considerando as necessidades específicas de cada aluno.

É citado pelas professoras que as salas de recursos não são suficientes, pois não depende só das professoras do AEE, quem faz é o corpo docente, gestão escolar e funcionários os quais devem falar a mesma linguagem (**Professora C**). As salas de recurso auxiliam e muito demonstrou a proposta, porém em muitas situações esta ajuda não é o bastante. Existe a necessidade de outras frentes de apoio para que de fato exista a inclusão (CRAE, Secretária da Saúde). (**professora F**).

Quanto à organização dos atendimentos, nas Salas Pesquisadas, a **professora A** define que o atendimento ocorre *de forma individualizada ou no máximo de 3 a 4 alunos, dependendo suas deficiências. Atendimento de 45 min. Até 60 min.* Já a professora B relata que o atendimento *de forma individualizada ou no máximo de 3 a 4 alunos, dependendo suas deficiências. Atendimento de 45 min até 60 min.*

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) preconiza que: O AEE deve ser ofertado em turno inverso ao da classe comum.

Neste sentido, as Salas estão contemplando estas orientações, mas fica a problematização em relação ao tempo de atendimento, pois os atendimentos duraram 45 minutos, o que é um tempo exíguo para uma intervenção. Um fator citado foi à questão de um atendimento por semana a **professora F** *O atendimento ocorre uma hora uma vez por semana*, e a **professora C**. *Uma vez por semana, atendimento de uma hora, individualizado, uma vez por semana*. Entende-se que a legislação não limita a quantidade de atendimento, de modo que se o aluno necessitar ser atendido mais vezes na semana, deveria ter esta flexibilização, mais com foco na necessidade do aluno do que na organização sistematizada dos atendimentos.

Tais colocações remetem aos esclarecimentos de Alves (2006) acerca das características da Sala de Recursos Multifuncional, como sendo espaço com disponibilização de materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos tecnológicos e recursos adaptados, contando com profissionais qualificados que desenvolvam as habilidades de seus alunos, com recursos específicos para estes.

Pelo que pode ser evidenciado nos dizeres das professoras, são realizados os atendimentos na Sala de Recursos Multifuncional, com atividades adequadas conforme a necessidade do aluno, sendo usadas estratégias e recursos diferenciados que complementem a formação do aluno, facilitando sua inclusão escolar e social. Porém as atividades e recursos de acessibilidade e pedagógicos são oferecidos especificamente de forma complementar, uma vez que os dados não apresentam nenhuma referência sobre o atendimento suplementar à formação dos alunos no ensino comum. A proposta das Salas demonstra uma abordagem que busca inserir os alunos em um contexto de socialização e aprendizagem, sem a inferência de rótulos e diagnósticos, tratados como educandos e não mais como pacientes. No entanto, há que se atentar para que as Salas de Recursos não engessem os atendimentos, justamente por serem espaços de adequação curricular, com a delimitação do tempo tão sistemática, e ainda as profissionais responsáveis pela Sala de Recurso Multifuncional dizem que o AEE é ofertado uma vez por semana, outras citam conforme a necessidade do aluno não ficando evidente se o educando atendido necessita deste tempo, ou de um tempo maior, ou mesmo de outro espaço de intervenção.



### 4.3 ARTICULAÇÕES DAS MÍDIAS NO TRABALHO DA SALA DE RECURSOS

Sobre as articulações entre os softwares, foicitada pela maioria das professoras o board maker um programa que contém um banco de dados gráficos que contém 4.500 símbolos de comunicação, muito utilizada nas pranchas. A **professora A** explica: *BoardMaker – Arie I e II, e fonoaudióloga na escola (audição e linguagem)*. A **professora B** apontam que é necessário para *Autismo e deficiência intelectual utilizo ARIÊ, Coelho sabido e HQ (Histórias em quadrinhos) e nas outras utilizo o falador (instalado pelo MEC) e jogos educativos diversos.*

As tecnologias da informação e comunicação (TIC), vem para auxiliar no processo de inclusão digital, facilitando o processo de aprendizagem, assim nas interações e trocas de informações entre os alunos, acontecendo a interatividade. Neste sentido, Bonilla (2005, p. 21) afirma que as tecnologias passam a operar sobre nosso próprio pensamento.

Raiça (2008) afirma que a tecnologia e a educação inclusiva são frutos da evolução da sociedade, das mudanças de paradigmas sociais e, sobretudo, por melhores condições de vida para todos. E os recursos tecnológicos utilizados por profissionais preparados, que sabem seu papel de educador e mediador, tem se tornado uma importante ferramenta em favor da inclusão.

Segundo Coll, Mauri e Onrubia (2010), a mediação das TIC no processo de ensino e aprendizagem está vinculada em relação aos alunos e professores e os conteúdos trabalhados. E ainda as trocas e interações entre ambos. Porém o importante é os envolvidos no ensino e aprendizagem.

É importante identificar as ferramentas que realmente podem ser utilizadas como instrumentos educacionais e avaliar sua aplicação de modo a promover a aprendizagem significativa.

A relação de trazer as famílias para escola a auxiliar o processo de inclusão. A **professora F** O conhecimento sobre os alunos de inclusão deve ser passado para o maior número de pessoas possível da educação das famílias. E a **professora G** Na aceitação da criança com deficiência, de como ocorre um luto perante a família de aceitar esta criança com deficiência e a aceitação de toda a escola, sendo feitos formações de aprendizagens para toda a escola. A professora a discutir a cerca de ver o aluno em suas especificidades, não só os alunos com deficiência, mas todos que possuam alguma necessidade especial de aprendizagem. A escola deve parar e

olhar seus alunos e perceber que todos são diferentes, como nos remete MANTOAN (2006).

O ensino ministrado deve atender as necessidades e possibilidades de todos os alunos. Para ensinar a turma toda, sem diferenciar a aprendizagem para cada aluno ou grupo de alunos, é abranger que a diferenciação é feita pelo próprio aluno ao estudar, e não pelo professor ao ensinar.

A organização da estrutura para apoiar à inclusão a professora **A** Parcialmente, o sistema de ensino é insuficientemente para atender as especificidades de cada aluno, dentro da sala de aula a inclusão acontece na teoria, a salvo de alguns casos aonde a escola foca da inclusão de todos como um todo, não só dos alunos com deficiências. A **Professora C** Sim, mas não adianta dar a todo o momento o suporte, quando tem colegas que não querem se envolver com a inclusão. A **professora D** De fato organizadas para apoiar a inclusão, no entanto a sala de recursos é parte da estrutura que apoia este movimento, que depende muitas vezes do investimento e valorização da gestão da escola. A **professora E** O conhecimento sobre os alunos de inclusão devem ser passados para o maior número de pessoas possível da educação das famílias.

Sobre a importância do planejamento, o documento da Secretaria de Educação Especial, do MEC, sobre as Salas de Recursos Multifuncionais indica que o professor da sala de recursos multifuncional deverá participar das reuniões pedagógicas, das trocas com o professor do ensino regular.

Se considerarmos o que está preconizado na legislação, assim como a defesa dos autores que fundamentam esta pesquisa, existe a necessidade de uma maior participação de ambas as partes, não ocorrendo ainda planejamento em conjunto e nem reuniões pedagógicas, para acontecerem as trocas para auxiliar na aprendizagem dos alunos.

Como se pode evidenciar a partir dos autores, incluindo a base legal, as diretrizes, a concepção dos educadores há uma preocupação que é premente na literatura atual. É possível inferir que existe na prática uma proposta inclusiva, nos termos estudados. Aqueles que possuem NEE estão sendo atendidos no ensino comum e também sendo atendidos em turno inverso, sendo realizadas atividades considerando a sua dificuldade/necessidade. Mas também ficou evidente que é preciso melhorar em alguns aspectos. Existem algumas lacunas a serem avançadas. Por exemplo, o planejamento coletivo em reuniões entre professor do

ensino comum com da Sala de Recurso Multifuncional, para um melhor trabalho com vistas aluno atendido. Pelo evidenciado também há necessidade de uma melhor articulação entre as escolas implicadas nos atendimentos e as famílias dos alunos. Entendemos muitas vezes que a família tenha resistência em trazer este aluno para o turno inverso e que é comum esta negação.

Não podemos deixar de trazer a problematização da questão ambígua, uma vez que inclui o aluno no espaço escolar, exclui no espaço da Sala de Recurso Multifuncional, pois este espaço é de uso dos deficientes, mas que deveria ser um espaço utilizado por todos. A relação de epistemologicamente sujeitos diferentes somos todos nós.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou a implicação de duas Salas de Recursos Multifuncionais para a inclusão escolar, sendo nos municípios de Imbé e Tramandaí, objetivando analisar como o AEE contribui para este processo de educação inclusiva? Tendo em vista a questão norteadora, as informações levantadas apontaram para algumas categorias analíticas que indicam práticas que possibilitam o AEE como apoio à inclusão, quanto as necessidades emergentes para a efetivação da inclusão escolar.

Com as informações coletadas, o exercício de análise foi realizado, possibilitando a organização destas informações em três categorias: *O AEE na Sala de Recursos Multifuncional* sendo destacado pelas professoras que esta Sala proporciona o AEE, desenvolvendo práticas e estratégias pedagógicas voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais. Desta forma, a inclusão escolar ocorre com flexibilidade e adaptação com metodologia diferenciada. A segunda categoria foi *Sala de Recursos Multifuncional como Apoio à Inclusão*, a partir da qual as professoras enfatizam que os atendimentos acontecem uma vez por semana em média de 45 minutos à 1 hora e que as atividades são elaboradas conforme as necessidades dos alunos, sendo uma forma de apoiar a inclusão escolar. No entanto, não há consideração sobre a possibilidade de flexibilização e adequação do tempo deste atendimento, caso seja necessário. A última categoria, *Articulações implicadas no trabalho da sala de recursos multifuncional*, denota a falta do conhecimento sobre os alunos de inclusão deve ser passado para o maior número de pessoas possível da educação das famílias. Entretanto, não foi mencionado pelas participantes se há um esforço da escola para trazer a família para dentro da instituição. Ainda foi mencionada a falta de palnejamento, reuniões, diálogos entre professor do ensino comum com o professor da Sala de Recurso Multifuncional, para trocas no sentido de auxiliar na aprendizagem dos alunos.

Como considerações, o estudo mostrou que as Salas de Recursos Multifuncionais estão auxiliando na proposta da educação, visto que, são feitos os atendimentos, são realizadas atividades conforme a necessidade do aluno e usadas estratégias e recursos diferenciados que complementem a formação do aluno, facilitando sua inclusão escolar e social. E ainda as Salas de Recursos Multifuncionais estão auxiliando para a proposta de educação inclusiva, visto que

estão organizadas pedagogicamente e estruturalmente nos termos da lei e que as professoras responsáveis têm qualificação profissional para atuar nas Salas de Recursos em estudo ou na educação inclusiva, atendendo às necessidades e demandas existentes. Porém, há necessidade de rever o tempo de atendimento semanal, no sentido de identificar a necessidade de flexibilização.

Claro que o trabalho não está concluído ainda, visto que devo dar um retorno para a escola e contribuir para a educação inclusiva, mostrando as professoras que são necessárias rever algumas situações como a falta de planejamento entre as professoras do ensino comum com a Sala de Recurso Multifuncional e que a escola como um todo tivessem um maior contato para conhecerem a proposta da Sala de Recurso Multifuncional, que as professoras não usassem a Sala de Recurso Multifuncional apenas para os diferentes, mas sendo um espaço de todos, assim as alterações auxiliem no processo da educação inclusiva.

Foi de grande importância realizar esta pesquisa, atingindo os objetivos estabelecidos, verificando que as professoras estão no caminho certo, fazendo a utilização de mídias, está incluindo os alunos com necessidades especiais dentro das possibilidades. O resultado da pesquisa poderia ter tido uma amostra maior de dados, ampliando a pesquisa para o Litoral Norte.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. **Sala de recursos multifuncionais:** espaços para atendimento educacional. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 36 p. [ [Links](#) ]

BERTUOL, Claci de Lima. **Salas de Recursos e Salas de Recursos Multifuncionais:** Apoios Especializados à Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência/Necessidades Educacionais Especiais no Município de Cascavel-PR. Cascavel, 2010.

BONILLA, Maria Helena. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. *Motrivivência*, ano 22, n.34, p. 40-60, jun. 2010.

BONILLA, Maria Helena; OLIVEIRA, Paulo C. S. de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria H.; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria da Educação Especial. **Decreto nº 3298**, de 20 de dezembro de 1999.

\_\_\_\_\_. MEC. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2º ed. ver, e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

\_\_\_\_\_. MEC/SEESP. **Política Pública para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>.

\_\_\_\_\_. MEC. Parecer 13/2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009 A.

\_\_\_\_\_. MEC. Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009 B.

CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre, Mediação, 2010.

COLL, César; MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. A Incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 66- 96.

COLL, César; MONEREO, Carles. Educação e Aprendizagem no Século XXI: Novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15-46.

EMER, Simone de Oliveira; SANTAROSA, Lucila Maira Costi e CORRÊA, Aline Verardo. **Estudo do Processo de Inclusão de PNEEs com Apoio da Sala de Recursos Multifuncional e suas Tecnologias.** Porto Alegre, 2010.

GUEDES, Adriana Itanajara, et al. **Inclusão no Ensino Fundamental: construindo uma parceria entre a escola e a SIR.**In: **Educação Inclusiva: diferentes significados;** Salete Campos de Moraes (Org.); 1. Ed. – Porto Alegre: Evangraf, 2011. p. 59-65.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2004.

GARCIA, Aleksandra Debom; DAGUIEL, Fátima Gomes Nogueira, e FRANCISCO, Fernanda Pereira Santana. **Atendimento Educacional Especializado (AEE).** UFRRJ:Rio de Janeiro, 2010.

JUNQUEIRA, Eduardo S. **Entre nós.** Entrevista com Eduardo Junqueira. Revista do Professor, Editora Impacto, v 8, n. 111 jul\ago\set. 2012.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1999.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. – (Cotidiano escolar: ação docente)

MELO, Amanda Meincke. **A educação na Perspectiva da Inclusão Escolar:** livro acessível e informática acessível\ Amanda Meincke Melo, Deise Tallarico Pupo. – Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] Universidade Federal do Ceará, 2010.

RAIÇA, Darcy (org). **Tecnologias para a Educação Inclusiva.** São Paulo: Avercamp, 2008.

SARDAGNA, Venites Helena. Políticas de Inclusão na Escola: Limites e Possibilidades. In: **Anais da IX Anped Sul**. Caxias do Sul: UCS, 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Secretária Municipal da Educação e Cultura. Imbé\RS. 2012.

STOBAUS, M. C. D.; MOURIÑO J. J., EN. **Educação Especial em direção à educação inclusiva**. Ed: Pucrs, 2004.

TEZZARI, M. L. "*A SIR chegou...*" Sala de Integração e Recursos e a Inclusão na Rede Municipal de Ensino em Porto Alegre. 2002. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.



## APÊNDICE1: QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA CIENTÍFICA

Dados de identificação do entrevistado:

Formação acadêmica (graduação\ pós-graduação):

Idade: sexo:

Tempo de serviço como professora:

Tempo de atuação em sala de recursos, educação especial, ou educação inclusiva:

1. Quantos anos á escola possui sala de recurso multifuncional?

2. Qual o objetivo da sala de recurso multifuncional da escola?

3. Você recebeu formação para atuar na sala de recurso multifuncional? Quantas horas de curso?

4. Você possui um momento de planejamento com a professora da sala de aula? E como ocorre este processo?

5. Explique como se dá o encaminhamento dos alunos na sala de recursos multifuncional?

6. Como ocorre o atendimento dos alunos da sala de recurso multifuncional (horário critério de trabalho individual ou em grupo, metodologia)?

7. As salas de recursos multifuncionais estão auxiliando para a proposta de educação inclusiva?

8. Quais os materiais pedagógicos que possuem a sala multifuncional e quem os fornece?

9. Na sua opinião, o que poderia ser mudado para o melhor atendimento do aluno da sala de recurso?

10. Estão organizadas pedagogicamente e estruturalmente para apoiar a inclusão na sala de aula comum?

11. Quais são as metas para o trabalho docente nesses espaços e suas conexões com o ensino realizado nas salas comuns?

12. De que forma as Salas multifuncionais em estudo contribuem para que se efetive a perspectiva da educação inclusiva?

13. Gostaria de destacar mais algum aspecto em relação á importância da sala de recursos para o processo de educação inclusiva?

14. Quais as deficiências que são atendidas? Quantos alunos?

15. Quais os softwares mais utilizados para cada deficiência (Cite até três)?

## APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
**Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação**  
**Curso de Especialização em Mídias na Educação –*Lato Sensu***

### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O(A) pesquisador(a) Simone Maria Malesczyk Ferreira, aluno(a) regular do curso de **Especialização em Mídias na Educação** – Pós-Graduação *lato sensu* promovido pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS, sob orientação do(a) Professor(a) Rafael Marimon Boucinha, realizará a investigação Educação Inclusiva: Um estudo sobre o uso das mídias nas salas de recurso multifuncionais no município de Imbé, junto a professoras das salas de recurso multifuncionais no período de maio e junho de 2015. O objetivo desta pesquisa é investigar o papel das salas de recurso multifuncionais na educação especial e conhecer os trabalhos desenvolvidos nas salas multifuncionais do município de Imbé, investigando sobre a demanda de alunos de inclusão.

Os (As) participantes desta pesquisa serão convidados(as) a tomar parte da realização que optou-se inicialmente para este estudo, os procedimentos da pesquisa bibliográfica que aborda o tema em questão, sendo livros, documentos, leis, sites, jornais, revistas, artigos sobre o assunto dentre outros. A fase seguinte foi de exploração da pesquisa qualitativa que envolveu um estudo do tipo exploratório e descritivo, implicando ao levantamento bibliográfico.

Os dados desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético. Não serão mencionados nomes de participantes e/ou instituições em nenhuma apresentação oral ou trabalho acadêmico que venha a ser publicado. É de responsabilidade do(a) pesquisador(a) a confidencialidade dos dados.

A participação não oferece risco ou prejuízo ao participante. Se, a qualquer momento, o(a) participante resolver encerrar sua participação na pesquisa, terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo ou constrangimento.

O(A) pesquisador(a) compromete-se a esclarecer qualquer dúvida ou questionamento que eventualmente os participantes venham a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (51) 97750627 ou por e-mail: smalesczyk@hotmail.com.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas:

EU \_\_\_\_\_, inscrito sob o no. de R.G. \_\_\_\_\_, Concordo em participar esta pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_